

UM ESTUDO DE CASO NA POPULAÇÃO NANICA DO QUILOMBO DO JACU-MOCÓ, POÇO DAS TRINCHEIRAS, ESTADO DE ALAGOAS.

¹MARIA CELESTE CAMPELLO DINIZ.

²LÍLIA DAIANA ALVES TOJAL.

³VERA PATRÍCIA DE SOUZA.

¹DOCENTE DA FACULDADE ESTÁCIO DE ALAGOAS – MACEIÓ. ALAGOAS. BRASIL.

²DISCENTE DA FACULDADE ESTÁCIO DE ALAGOAS – MACEIÓ. ALAGOAS. BRASIL.

³DISCENTE DA FACULDADE ESTÁCIO DE ALAGOAS – MACEIÓ. ALAGOAS. BRASIL.

¹mccdiniz@hotmail.com.

²lilia-tojal@hotmail.com. ³vera-patriciasouza@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em Comunidades Remanescentes de Quilombos, imediatamente remete-se ao passado do povo negro escravizado no Brasil e ícone do quilombo dos Palmares, Serra da Barriga, como forma de resistência, refúgio, e como possibilidade apenas de oporem-se ao regime escravocrata, conceitos esses enfatizados pelo senso comum, como possibilidade única, exatamente por ser a maior referência, esquecendo e escondendo todo um legado variado e matizado de situações e possibilidades concretas e objetivas que fizeram face a esse processo excludente. Partindo desse prisma, o conceito de quilombo aparece como residual e parado no tempo, sem mostrar, analisar e definir seus desdobramentos e possibilidades de formações no decorrer de todo um processo histórico, cultural, social, político e econômico, sejam essas com seu histórico de formação no período do regime escravocrata, ou no período pós-abolição.

Observa-se um grande interesse da comunidade acadêmica, dos diversos órgãos estatais e da sociedade em geral no debate a respeito dos diferentes aspectos relativos à identidade dos seguimentos formadores da nação brasileira, bem como na compreensão de sua dimensão pluriétnica e multicultural, sobretudo, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o quilombo adquire uma significação atualizada, ao ser inscrito no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para conferir direitos territoriais aos *remanescentes de quilombos* que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro. As comunidades quilombolas são detentoras de legados históricos de ancestralidade africana, e que por séculos, perpetuam-se e vivem em territórios isolados e conservam modos de vida e de organização social próprias.

As comunidades tradicionais remanescentes de antigos quilombos ressurgem na historiografia e na pauta da discussão política atual com outra roupagem, no momento em que o interesse político é de “inclusão social” e o processo histórico, político, social e econômico tem interesses específicos como a inserção de políticas públicas reparadoras para as populações negras. O que podemos caracterizar que a “moda” agora é: temas como negro e quilombola (LAKATOS & MARCONI, 1999; SUNDFELD, 2002)

As comunidades Jacu e Mocó localizadas em Poço das Trincheiras, Estado de Alagoas, encontram-se em situação de miserabilidade total, sem as mínimas condições de vida, com índices altíssimos de mortalidade infantil, analfabetismo e com relação a parte estrutural não existe água potável, saneamento básico, posto de saúde, escola, todas as casas são de taipa (BANDEIRA, 1984). Com uma população com um pouco mais de 13 mil habitantes, 89% dos moradores de Jacu-Mocó são descendentes de quilombola, divididos em quatro grandes linhas de descendência direta. A mortalidade infantil chega a 13,75%, quando os números aceitáveis pela Organização Mundial da Saúde é de no máximo 10 mortes para cada 1 mil nascidos vivos. O Índice de Desenvolvimento Humano é 0,3, enquanto a média brasileira é de 0,8.

A base da produção agrícola é a palma forrageira. Produzem um artesanato tradicional belíssimo de fira de croá, um tipo de sisal, que é um dos principais geradores de renda para a

comunidade e que está em processo também de extinção, pela escassez da matéria prima. Contudo, a comunidade está desenvolvendo uma nova estratégia econômica de trabalhar o ponto (o jeito de trançar a fibra) e o artesanato tradicional com matéria prima reciclável, ou seja, muitas mulheres estão aproveitando sacolas plásticas para re-configurar uma tradição secular como estratégia de sobrevivência (GUSMÃO,1995). A criação de secretarias e ministérios que tratam da inclusão do negro nas políticas de reparação contextualiza-se em um modelo todo específico de tratar as questões referentes à etnia, raça, gênero identidade e cor. Não por se tratar de postura puramente democrática de órgãos governamentais, mas por ter oportunizado espaços de empoderamento a ícones da militância e referência negra no país, os quais lutam por melhores condições de vida para a população negra brasileira (BAIOCCHI, 1983).

Neste caso, é importante lembrar que se o momento é propício ao desenvolvimento e a discussão de políticas públicas e reparadoras, nada mais importante que desenvolver e investir conhecimento e recursos em projetos de desenvolvimento comunitário para as comunidades tradicionais remanescentes de quilombos, primeiramente por que uma boa parte dessas comunidades tem potenciais inatos e que, a partir de um processo de auto gestão específico, são mantidos e preservados durante séculos, pois contribuem com a produção econômica de sobrevivência da comunidade (VOGT & FRY, 1996)

Porém, sem uma visão empreendedora, do potencial em agregar valores aos bens culturais produzidos do ponto de vista econômico vigente, emerge a possibilidade de pesquisa para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento comunitário quilombola que permita a comunidade uma forma de sobrevivência mais digna de acordo com sua importância histórica, étnica e cultural. Levam-se em consideração os saberes tradicionais, o contexto histórico, cultural, étnico, econômico e social dessas comunidades, tendo em vista um processo coletivo de construção, onde a comunidade torna-se auto gestora de seus potenciais no sentido de melhorias significativas de índices de sobrevivência, elevando a auto-estima e potencializando o legado étnico, histórico e cultural (HELLER, 2000).

Os aspectos agro-ecológicos do município onde se localizam Jacu e Mocó são baseados na agricultura familiar (milho, feijão, palma e algodão), pequenos roçados em média de duas a três tarefas por família.

A posse do território no povoado de Jacu e Mocó, renovada de geração a geração, torna-se hereditária através de uma genealogia que remonta ao tempo da escravidão e dos quilombos ou mocambos. Preservada oralmente na memória dos moradores de Jacu, atravessa gerações, de modo a apresentar 89% dos moradores do povoado descendentes de um bisavô ou trisavô escravo e quilombola, o que permite agrupá-los pelo menos em quatro linhas de descendência direta: os Cocos, os Vitorino, os Conceição e os Santos. Para isso a utilização do instrumento da genealogia.

A genealogia assim obtida, e as linhas de descendência traçadas a partir de um ancestral comum herdaram o nome dos senhores escravocratas. O povoado de Jacu e Mocó, segundo algumas versões é formado por descendentes de famílias de escravos originários de antigas fazendas da região, o que parece condizer com o critério de convergência dos escravos fugidos de diferentes propriedades que caracteriza a o quilombo. Uma das características marcantes, que afirma a condição de isolamento das comunidades quilombolas como forma de resistência são os casamentos consanguíneos que por muitas vezes, interferem com hereditariedade que consiste na transmissão de genes de ascendentes para descendentes. Além dos caracteres genéticos normais existem inúmeras doenças e anomalias hereditárias que são transmitidas por genes específicos dominantes ou recessivos. Dentre esses casamentos entre irmãos surge um grupo de quatro anões, Natalício, Lurdes, Orisminda e Cícero. Na comunidade Jacu e Mocó existem pelo menos quatro gerações de anões, o mais novo deles é o Felipe dos Santos, neto de Pedro Vitorino da Silva, sobrinho-neto dos quatro anões da terceira geração.

As crianças têm padrões de crescimento semelhantes, apesar das diversas origens étnicas e geográficas. As diferenças no crescimento estão mais associadas aos fatores ambientais e socioeconômicos do que aos de origem genético-racial (HABICHT *et al.*, 1974). Entretanto, o presente estudo é realizado a partir de um grupo diferente multirracial e com condutas, costumes e normas sociais diferenciados dos da pesquisa feita pelo autor supra citado. Vale ressaltar ainda, que existem outros fatores determinantes relacionados ao problema em questão: características ambientais e uma nutrição adequada, que são também verdadeiros moduladores do fenótipo. Aos seis e sete anos de idade a estatura reflete os fatores sócio-econômicos e ambientais em que vive a criança (OPS, 1997).

Assim, a estatura é a medida antropométrica que melhor reflete a condição socioeconômica, sanitária e cultural de uma população, sendo utilizada como instrumento de vigilância nutricional (OPS, 1997). É importante salientar ainda, que a avaliação nutricional de crianças, por meio da vigilância nutricional, utilizando-se repetidas coletas de dados antropométricos, permite orientar o planejamento, execução e avaliação de programas de saúde em uma população (MONTEIRO, 1989). Com a possibilidade de implementações de políticas adequadas, com ações afirmativas para avançar na equidade.

METODOLOGIA

A pesquisa do tipo descritiva foi conduzida na comunidade remanescente de quilombo de Jacu-mocó, na qual foi realizado o estudo de caso. Realizou-se levantamento histórico das estruturas sociais e de parentesco (consanguinidade) das populações tradicionais. Efetivou-se pesquisa participante com realização de entrevistas fechadas com elaboração e aplicação de questionários. Houve uma sistematização das informações e das ações desenvolvidas, bem como, a mobilização e seleção das famílias assistidas. Viabilizaram-se, também, a realização de oficinas e capacitações com a comunidade. Foi realizado um estudo de dados antropométricos de crianças, verificando-se peso, altura, força, e aspectos nutricionais (2 a 14 anos). A metodologia utilizada consistiu no processo em que foram avaliadas nutricionalmente 118 crianças entre dois a doze anos, pelo IMC, segundo a Organização Mundial de saúde (OMS), percentual de gordura corporal relação cintura/quadril. Para o cálculo do IMC utilizou-se o protocolo de Bray (1987), para avaliação de percentual de gordura corporal, o protocolo de Slaughter (1998) e o protocolo de Lohman (1996) para avaliação da composição corporal. As variáveis biológicas e socioeconômicas foram: sexo, idade, naturalidade e escolaridade da criança e dos pais, descendência consanguínea.

Para análise dos bancos de dados amostrais foram utilizados dois programas: o SPSS® 14 e o Galileu®. As medidas de peso e estatura foram realizadas por duas vezes seguidas e calculada a sua média aritmética, sendo anotado o resultado em formulário padronizado.

O equipamento antropométrico para pesagem consistiu em balança portátil digital, da marca Plenna com capacidade de 150 kg e precisão de 50 g, colocada em superfície plana. As crianças foram pesadas em roupas íntimas e sem calçados. Permaneceram eretas no centro da balança com os braços esticados ao lado do corpo, sem se movimentarem (WHO, 1995). A variação admitida entre as duas medidas de peso foi de no máximo 50 g.

Para aferição da estatura utilizou-se um estadiômetro da marca Seca®. A criança foi posicionada de costas e de pé, sem sapatos e sem adereços nos cabelos, com os pés unidos, encostados na parede, o mesmo ocorrendo com a região glútea, ombros e o ponto mais protuberante da região parieto occipital. Com a mão direita o pesquisador manteve apoiado o esquadro do estadiômetro sobre a cabeça da criança em ângulo reto com a parede. Com a mão esquerda, ele apoiou a mandíbula da criança, para retificar a cabeça. A variação mínima admitida entre as duas medidas de estatura foi de no máximo, 04 cm.

Para os outros indicadores antropométricos foram utilizados o compasso de dobras (dobras cutâneas), da marca Cercorf®, e o paquímetro científico de 1000 mm da marca Cercorf® (diâmetros ósseos).

Para a elaboração da descendência consanguínea e relação de parentesco da comunidade foi produzida a árvore genealógica da comunidade através de um estudo sociológico e antropológico da descendência da comunidade e as relações de parentesco no quilombo. (GHASARIAN,1999), (GEERTZ,1999), (WOORTMANN,1995).

Houve, também, distribuição de lanches e brinquedos para as crianças, receitas alternativas com recursos da terra, palestras educativas produção de peças de artesanato que serão disponibilizadas em galpão recém-construído e disponibilização de uma “farmácia” para atendimento às necessidades básicas de saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A etapa de socialização foi realizada com jogos e brincadeiras desenvolvidas pelo psicólogo. A triagem com os nomes das crianças, suas respectivas idades e o nome de seus pais também foi realizada. Houve o aproveitamento de receitas alternativas com produtos colhidos nas hortas da comunidade. Aconteceu, ainda, o acompanhamento dos dados antropométricos das crianças realizados por educadores físicos.

Foram realizadas atividades para avaliação da condição física e psicológica de crianças de 3 a 7 anos. A primeira etapa do estudo em questão atingiu uma meta importante: a socialização das comunidades Jacu-mocó que são “fechadas” e difíceis de serem trabalhadas, surgindo a necessidade de uma jornada mais longa. Observações preliminares constataram que há uma carência nutricional e um déficit estatural em 70% das crianças assistidas. Foi possível perceber uma deformidade nos ossos da bacia em alguns adultos com nanismo, que pode ser mais um indicativo relacionado ao problema da estatura. Os dados obtidos foram os seguintes: para o percentual de gordura de agosto a novembro as crianças do sexo masculino tiveram uma média de 12,15 e as crianças do sexo feminino apresentaram uma média de 16,03. O índice de massa corporal (IMC) apresentado foi: crianças do sexo masculino: 15,65 e crianças do sexo feminino 15,40. A relação cintura/quadril (RCQ) foi: crianças do sexo masculino apresentaram 93,60 e crianças do sexo feminino aferiram 89,50.

CONCLUSÃO

As observações iniciais representam um ponto de partida para um estudo mais aprofundado sobre a comunidade em foco. As condições de miséria destas e de tantas outras comunidades no Estado mostram que é urgente um olhar mais atento por parte das autoridades governamentais, a fim de que sejam viabilizadas a saúde e uma melhor qualidade de vida para essas pessoas.

A população-alvo apresenta um alto índice de subnutrição decorrente de diversos fatores associados. O povoado está incluído em um cenário de fome e miséria, que revelam índices altíssimos de mortalidade infantil e também de aborto. O número alarmante de aborto pode ser um somatório da desnutrição e uso e abuso do tabaco.

O nanismo em questão continua a ser objeto de pesquisa que precisa ser mais aprofundado. Ressalta-se, portanto, a necessidade estender e abranger uma série de estudos específicos que contribuirão com a inserção e construção de políticas públicas de desenvolvimento sustentável, de acordo com a etnia, organização social e cultural da comunidade remanescente de quilombo. Enfim, a proposta é de disseminação, de preservação das comunidades históricas e acima de tudo da preservação do homem com respeito e dignidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAIOCCHI, N. M. de. **Negros do Cedro: estudo antropológico de um bairro de negros em Goiás**. São Paulo: Ática, 1983.

- BANDEIRA, L. M. de. **Território Negro em Espaço Branco**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- GEERTZ, C. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GHASARIAN, C. **Introdução ao Estudo do Parentesco**. Lisboa: Terramar, 1999.
- GUSMÃO, N. M. M. de. **Terra de Pretos, Terra de Mulheres: terra, mulheres, raça, num bairro negro**. Brasília: MinC/Fundação Cultural Palmares, 1995.
- HELLER, A. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, A. M. de. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 1999.
- MONTEIRO, C. A. Coleta e análise da altura dos alunos ingressantes nas escolas do primeiro grau do país: uma proposta para um sistema nacional de acompanhamento do estado de saúde e nutrição da população. **J. Pediatr.** n.65 p. 89-92. 1989.
- OPS (Organización Panamericana de la Salud), Fondo del as Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF). Los censos de talla y sus usos: **informe técnico, CT45**. Washington (DC); 1997.
- SUNDFELD, A. C. (org.) **Comunidades Quilombolas: direito a terra**. Brasília: Fundação Cultural Palmares/MinC/ Editora Abaré, 2002.
- THOMAS, J.R.; NELSON, J.K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- VOGT, C.; FRY, P. **Cafundó: África no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo-Brasília: Hucitec, 1995.

Maria Celeste Campelo Diniz
Avenida Vital Barbosa, 1019. Apto 603. Ponta Verde. Maceió – AL
CEP: 57035-400.
Tels. 3327-6728/9902-9188
mccdiniz@hotmail.com